



CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX

5ª Reunião do Comitê Nacional de Investimentos – Coninv

29 de julho de 2020, Videoconferência (Teams)- e Processo SEI 19971.100612/2020-02

ATA

Ata da 5ª Reunião do Comitê Nacional de Investimentos (Coninv), realizada no dia 29 de julho de 2020, sob a presidência do Secretário Executivo da CAMEX, Carlos Roberto Pio da Costa Filho, com a presença do Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Roberto Fendt. A Reunião contou com a presença dos seguintes Membros: Diretor do Departamento de Promoção de Serviço e Indústria, Embaixador Luiz Cesar Gasser, representando o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Secretário Especial da Receita Federal do Ministério da Economia (ME), Sr. José Barroso Tostes Neto; Diretora do Departamento de Promoção Comercial, Investimentos e Cooperação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Marcia Nejaim Galvão de Almeida; Secretária Especial da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento (SPPI), Sra. Martha Seillier; Secretário-Executivo do Ministério da Infraestrutura (MINFRA), Sr. Marcelo Sampaio; Diretor do Departamento de Financiamento e Economia de Defesa do Ministério da Defesa (MD), General de Brigada Flávio Mayon Ferreira Neiva; Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República, (CCPR), Sr. Sergio Jose Pereira. Como convidado, da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos e Investimentos (Apex Brasil), participou o Gerente de Investimentos, Sr. Roberto Escoto, representando o Diretor-Presidente da Agência.

Também participaram da Reunião o Subsecretário de Investimentos Estrangeiros da SE-CAMEX, Sr. Márcio Lima; o Secretário Especial Substituto Geral da SRF/ME, Sr. Décio Pialarissi; e a assessora Especial da SPPI, Sra. Berta Gadelha.

O Senhor Secretário-Executivo da CAMEX, ao iniciar o evento, informou aos presentes que as deliberações da 5ª Reunião seriam realizadas de forma telemática, por meio do Sistema SEI (processo 19971.100612/2020-02), ou na eventualidade de algum membro não ter acesso ao SEI, o encaminhamento dos votos referentes às deliberações poderiam ser encaminhados para o e-mail coninv@mdic.gov.br. Ainda, informou aos representantes que a presente Reunião estava sendo gravada com o único propósito de garantir a integridade de sua Ata.

O Subsecretário de Investimentos Estrangeiros da SE-CAMEX assinalou que esta é a primeira reunião do Coninv realizada nos moldes de teleconferência e sugeriu iniciar os trabalhos, projetando a Agenda da Reunião a fim de abordar cada item previsto.

1. APROVAÇÃO DA ATA 4ª REUNIÃO DO CONINV

O Secretário-Executivo da CAMEX retomou a palavra, anunciando que o primeiro ponto a ser debatido seria a aprovação da Ata da 4ª Reunião do Coninv, realizada em 10/12/2019. Assim, questionou os representantes presentes acerca de sugestões ou alterações ao documento, e acrescentou que na ausência de sugestões de alteração ou discordância com os seus termos, a Ata restaria aprovada.

2. APROVAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE INVESTIMENTOS – PNI

Trata-se da proposta formulada pela SINVE/CAMEX/SECINT/ME do Plano Nacional de Investimentos – PNI, contendo o detalhamento das ações, prazo para seu cumprimento e os órgãos responsáveis.

O Subsecretário de Investimentos Estrangeiros, em sua explanação, afirmou que o programa de trabalho do Coninv começou a ser elaborado na última reunião do comitê, em cuja ocasião os membros concordaram com as ações propostas, indicando, porém, a necessidade de um maior detalhamento das ações, prazos e atribuições dos órgãos responsáveis, tendo sido realizadas duas reuniões do Grupo Técnico do Coninv (GT-Coninv), ocorridas em maio e em junho de 2020. Além disso, houve reuniões bilaterais com cada órgão participante do colegiado a fim de construir um plano de trabalho que fosse de interesse de todos os Membros. Com base nessas discussões, chegou-se a uma proposta de programa de trabalho, denominado Plano Nacional de Investimentos. Esse plano, naquele momento, era apoiado em quatro pilares: 1) Melhoria do ambiente de Investimentos; 2) Monitoramento de gestão; 3) Acompanhamento e relatos; 4) Políticas de Investimentos.

O Subsecretário de Investimentos Estrangeiros ressaltou que durante os trabalhos, com a finalidade de tornar esses pilares mais próximos às atribuições do Comitê, foram mantidos três pilares:

- 1) **Transparência e Governança:** visa obter um aperfeiçoamento da governança, tanto no âmbito federal, como subnacional, com um alinhamento às melhores práticas internacionais;
- 2) **Facilitação de Investimentos:** visa coordenar as políticas promovidas pelo governo federal para tornar o ambiente de investimento mais atrativo; e
- 3) **Melhoria Regulatória:** elaborar uma Agenda Regulatória no intuito de melhorar o ambiente de investimento no país.

Foi ressaltado também aos presentes que as entregas previstas no PNI poderão ser realizadas por meio de minutas de atos normativos, notas informativas, relatórios sobre temas específicos, consultas públicas, além de organização e participação em eventos de fomento e desenvolvimento de investimentos no Brasil.

3. RELATO DA SINVE SOBRE A AGENDA REGULATÓRIA PARA A MELHORIA DO AMBIENTE DE INVESTIMENTO

O Subsecretário de Investimentos Estrangeiros informou que a SINVE recebeu um mandato na última reunião do GECEX, realizada em maio de 2020 para elaborar a Agenda Regulatória para a Melhoria do Ambiente de Investimentos, em conjunto com os órgãos integrantes da Rede de Pontos Focais do Ombudsman de Investimentos Diretos (OID). A Agenda tem como foco as normas infralegais e visa monitorar a revisão do

arcabouço regulatório dos órgãos participantes que têm impacto nos investimentos estrangeiros no país. A expectativa é de que até o final de 2020 seja publicada uma resolução que enumere as prioridades regulatórias que farão parte da Agenda. O Subsecretário de Investimentos Estrangeiros ressaltou ainda que, dada a importância do tema, seja realizada a sua inclusão em um dos painéis do *Brazil Investmet Forum (BIF)*, a ser realizado em novembro de 2020.

O embaixador Luiz César Gasser, representando o Secretário-Geral do MRE, sublinhou que, considerando que a pandemia atual atinge diretamente o fluxo de investimento a nível mundial, a atração de investimentos é um item prioritário e por isso é de suma importância haver uma agenda de aperfeiçoamento regulatório, pois ela tende a surtir um impacto positivo na atração e retenção de investimentos estrangeiros no país.

A representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Márcia Nejaim Galvão, destacou que o MAPA realizou uma consulta pública sobre a agenda regulatória de melhoria do ambiente de negócios com o objetivo de revisar regras obsoletas e simplificar normas regulatórias que afetam o setor de defesa agropecuária. Essa consulta teve cerca de quatro mil contribuições feitas pelo setor produtivo e servirá de base para que o MAPA promova uma reforma regulatória que possa contribuir para o desenvolvimento do ambiente de investimentos.

O Gerente de Investimentos da APEX, General Roberto Escoto, salientou que a melhoria da agenda regulatória é fundamental para o desenvolvimento do país e deve ser acompanhada por uma estratégia de “*New-Shoring*”. Ele acrescentou que é preciso mapear as normas que precisam ser revogadas e ao mesmo tempo traçar uma estratégia agressiva de “*New-Shoring*” no país.

3.1 Relato sobre as Atividades do Ponto de Contato Nacional para as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais (PCN – OCDE)

O Subsecretário de Investimentos Estrangeiros afirmou que o PCN foi instituído no Brasil em 2003, sendo que o Brasil foi admitido em 1997 no Comitê de Investimentos e aderiu à declaração sobre investimento internacional de empresas multinacionais. Ele lembrou que as Diretrizes da OCDE para empresas multinacionais são regras não vinculantes que norteiam os padrões de conduta empresarial responsável direcionados para empresas e governos. Além de que, os PCNs são estruturas institucionais com o objetivo de aumentar a efetividade da conduta empresarial responsável através da promoção das Diretrizes para as empresas multinacionais e para a resolução de questões surgidas caso as empresas não observem tais Diretrizes. O Subsecretário de Investimentos Estrangeiros ressaltou que a adesão à declaração e às diretrizes pelo PCN Brasil deve constar na lista dos itens a serem avaliados na preparação de países que desejam se tornar membros da OCDE.

Na sua exposição, sublinhou que as atividades realizadas pelo PCN no 1º semestre de 2020 são divididas em três eixos: 1) Promoção das Diretrizes e da conduta empresarial responsável com a participação do PCN Brasil em vários webinars organizados pelo alto comissariado da ONU para a divulgação das Diretrizes. Ele mencionou o fortalecimento de parcerias para a promoção da conduta empresarial responsável com os órgãos governamentais e privados e o afirmou que o PCN Brasil continua estreitando relações com outros PCNs.

2) Mecanismo não judicial de solução de controvérsias, denominadas instâncias específicas. Lembrou que houve um aperfeiçoamento das instâncias específicas por meio da publicação do manual de procedimentos que confere maior transparência e

previsibilidade ao processo. Houve também a análise de três instâncias específicas referentes ao processo de Brumadinho e foi encerrada uma instância específica com relação à empresa Van Oord e o Porto de Suape.

3) Relação do PCN com a OCDE. Sublinhou que houve a revisão de diversos documentos enviados pela OCDE com a colaboração do grupo de trabalho interministerial que auxilia o PCN a responder a diversos questionamentos e pedidos por parte do secretariado da OCDE. Em cada uma das reuniões de conduta empresarial responsável, o PCN, como representante do governo, costuma ressaltar as iniciativas brasileiras para a promoção das Diretrizes, explicando as instâncias específicas em curso.

3.2 Relato sobre as negociações do Acordo de Facilitação de Investimentos no âmbito da OMC

O Embaixador Luiz César Gasser do MRE, destacou que o Brasil, como copatrocinador do Acordo, possui protagonismo nessa iniciativa. A proposta de texto é baseada no Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, e tem a perspectiva de se transformar num instrumento plurilateral. Ele citou que as negociações estão avançadas, existindo um coordenador e um texto negociador para isso, além de que o Brasil decidiu apresentar uma nova proposta na qual alguns elementos da proposta inicial foram mantidos. Foi também enfatizada a importância do acordo e o propósito de torná-lo mais transparente.

O Embaixador destacou o papel do Ombudsman de Investimentos Diretos como uma “janela única de investimentos” e como uma estrutura centralizada de apoio ao investidor.

A Secretária Especial da SPPI, Senhora Martha Seillier, salientou que a SPPI tem trabalhado ao lado da APEX, do MRE e do Ministério da Economia na promoção dos investimentos estrangeiros no Brasil. Ela salientou a missão da SPPI na celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura, dando ênfase aos projetos de longo prazo e aumentando a atração do setor privado.

4. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

O Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Roberto Fendt, afirmou que o Brasil está na direção certa na atração de investimentos e defendeu o trabalho da CAMEX na formulação e implementação de políticas relativas ao comércio exterior. Ele encerrou a reunião, agradecendo a participação dos membros do Coninv.

ROBERTO FENDT

Secretaria Especial de Comércio Exterior
e Assuntos Internacionais

**CARLOS ROBERTO PIO DA COSTA
FILHO**

Secretaria-Executiva da CAMEX

DECIO RUI PIALARISSI

Subsecretaria Geral da Receita Federal do
Brasil

EMBAIXADOR LUIZ CESAR GASSER

Ministério das Relações Exteriores

**MARCIA NEJAIM GALVÃO DE
ALMEIDA**

Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento

MARTHA SEILLIER

Secretaria Especial do Programa de Parcerias
de Investimento

GENERAL SÉRGIO JOSÉ PEREIRA

Casa Civil da Presidência da República

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO

Ministério da Infraestrutura

**GENERAL DE BRIGADA FLÁVIO
MAYON FERREIRA NEIVA**

Ministério da Defesa

ROBERTO ESCOTO

Agência de Promoção das Exportações e
Investimentos do Brasil

MARCIO LUIZ NAVES DE FREITAS

Subsecretaria de Investimentos da SE-
CAMEX

